

## **Maria Alzira Seixo**

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas

### **Os Factos e os Feitos**

#### **1. Comemoração e memória**

A 14 de Maio de 1987, assinámos em Lisboa a escritura de constituição da APLC; sem querer fazer concorrência aos ‘milagres’ dos dias vizinhos, já que o dia foi marcado pelo Cartório Notarial. O acto, porém, a certos de nós (Margarida Losa e eu), até evocava o género. Habitadas a deslocar-nos pelo mundo para encontros de Literatura Comparada (e uso a palavra ‘mundo’ a evocar uma conceptualização em curso), foi Margarida quem teve o primeiro pensamento de fundar uma associação lusa (início dos anos oitenta), o qual considerei então desmedido. Fora a primeira universitária portuguesa a fazer doutoramento na disciplina (New York University, orientada por Anna Balakian), e outros se lhe juntariam nesse propósito arrojado (e arejado, permita-se-me), encabeçados por Helena Carvalhão Buescu, na Universidade de Lisboa, sob minha orientação. Mas a personalidade decisiva do nosso acto fundador foi a canadiana Eva Kushner, então professora em McGill University e fixando-se depois em Toronto (onde continua), a qual me propôs para membro do Conselho Executivo da AILC em 1985 (1º Congresso de Paris, onde entrei na Direcção para não mais dela sair) e, um ou dois anos depois, não posso precisar, vem a Portugal a expensas próprias «para falar comigo», conforme em telefonema privado anunciou; recebi-a como a prestigiada Presidente Internacional que reunira admirações como organizadora do mais fabuloso congresso que a AILC conheceu (em Montréal e em Ottawa, 1973), e estou a vê-la nesse dia longínquo, após o jantar na minha casa

de Belém, conversando as duas na sala, ela dizendo simplesmente: «Vim cá pedir-lhe para fundar a Associação Portuguesa». Nem mais. Com toda a simplicidade e direitura, pedia-me a Lua. Comuniquei então o desígnio a Margarida Losa, e a demais colegas interessados.

Ora, nesse 14 de Maio de 1987, não sendo necessária a presença de todos, estávamos lá quatro, da capital: Yvette Centeno, João de Almeida Flor, Manuel Gusmão e eu. Penso, de facto, que foi quase um milagre! Agora, com um quarto de século, e graças a muitos outros que não os Fundadores, o caminho tem vindo a ser percorrido com regularidade (devendo-se as algumas irregularidades muito mais à progressiva queda europeia das Humanidades que a vicissitudes próprias), com êxito em vários dos muitos objectivos visados e, sobretudo, muita convicção e apuro nas direcções sucessivas que encabeçaram esta instituição que agora provou estar bem viva. As gerações renovaram-se, as sendas convergentes multiplicam-se, com ramos frutuosos de divergência que têm todos em comum basearem-se no facto literário e/ou com ele concorrerem. O que, a meu ver, é sinal não só de riqueza mas ainda, por um lado, de caminhos teórico-analíticos diversificados e, por outro lado, da concretização, nos nossos trabalhos, de múltiplas sendas pelas quais a universidade contemporânea envereda, nem sempre as mais adequadas para o bom funcionamento da disciplina, convenho, por isso mesmo merecedoras de reflexão oportuna e exigente, e que disponha desta fundamentação de origens. A meu ver, para os tempos que vivemos, 25 anos de trabalho regular É OBRA! E não tanto a de quem lançou a 1ª pedra (essa assinatura inicial) mas, fundamentalmente, a de quem foi construindo o edifício e lhe tem assegurado a paulatina, e invejável, estabilidade.

Tenho porém de nomear, e faço-o com especial carinho, fundadores: Margarida Losa à cabeça, já que foi a 1ª pessoa com ideia nesta fundação e, sendo discípula de Anna Balakian na NYU, é legítimo supor que, uma vez que esta ‘scholar’ americana era amiga íntima de Eva Kushner, e conhecendo-me esta última só de congressos (Montréal/Ottawa, 73, e New York, 82), possa ter havido incentivos por parte de Margarida junto da sua orientadora, e troca de impressões sobre Portugal entre as dirigentes do continente americano (Eva Kushner, Presidente

Internacional, 79-82, e Anna Balakian, Vice-Presidente). Pôs-se então em prática, em 1988, o desiderato.

Outros universitários corresponderam de imediato ao apelo: Vítor Aguiar e Silva (que apoiou a ideia desde o primeiro momento); Helena C. Buescu, que muito, e muito bem, trabalhou desde o início; José da Costa Miranda, grande alicerce e espírito vigilante do 1º Congresso (em Lisboa e Évora, 1989), Manuel Gusmão (que tomou a seu cargo aspectos básicos da revista *Dedalus*, a começar pela escolha do título), João Ferreira Duarte, com vivo apoio ao congresso de 1988, fomentando a ressonância mediática do evento, cujo ‘dossier de imprensa’ se veio a revelar impressionante, João de Almeida Flor, desenvolvendo os Estudos de Tradução. O que então se visava era a internacionalização sem fronteiras dos Estudos Literários realizados em Portugal, e um dos resultados posteriores foi o convite a José Saramago, em 1994, para ser o Escritor de Honra do Congresso de Edmonton, Canadá – sem qualquer interferência minha nesse sentido, embora eu fosse então Presidente Internacional, pois o convite teve origem na Universidade de Alberta!

Internacionalização, pois, quer em relacionamentos, quer na abertura praticada no trabalho a realizar. Essa abertura, encontrávamo-la nos Estatutos da ICLA<sup>1</sup>, quando neles se define a Literatura Comparada como «o estudo da Literatura de uma perspectiva internacional». É a especificidade da disciplina.

Portas abertas ao mundo, portas abertas à mente – que nos guiava na pesquisa livre e cientificamente organizada, não adstrita ao «meiozinho» regionalista e provinciano, e progressivamente segura em andamentos teóricos que então procurávamos tornar sólidos e pertinentes –, era sobretudo um apoio disciplinar seguro que se determinava para a leitura crítica e a investigação no âmbito das Letras, o qual poderia pautar-se

---

<sup>1</sup> Uso neste escrito indiferentemente as siglas AILC ou ICLA, mas há fundamentos conotativos para a adopção de uma ou outra, sendo ambas juridicamente válidas, uma vez que os Estatutos internacionais são redigidos em francês mas possuem uma tradução em língua inglesa validada. A primeira tende a valorizar, em princípio, o Congresso de Parma (no qual a ideia da Associação se realizou) e a segunda o de Chapell Hill, onde Wellek surgiu como o presidente inovador que corporizou a ideia da associação alargada a todo o mundo, e marcada pela metodologia americana, mais aberta.

pelo desenvolvimento de metodologias de cunho científico, adquiridas entre os anos sessenta e oitenta, e o progressivo alargar das visões da Literatura pátria ao ilimitado dos seus horizontes e às consabidas, e novamente constituídas, ligações extra-muros. Era a isso que a disciplina de Literatura Comparada chamava, entre nós conhecida desde inícios do século, e tendo sido talvez Fidelino de Figueiredo o grande nome a saber ligar a concepção positivista dos Estudos Literários de finais de oitocentos ao progresso dos Estudos Filosóficos da primeira metade do s. XX, sem esquecer a contribuição de Teófilo Braga na constituição de uma diacronia que se mostra defeituosa, é certo, mas proporcionando as largas visões de conjunto que a escala comparatista viria a revelar e a exigir; e bem assim António Sérgio, o qual, focado no horizonte histórico-filosófico, tem na Literatura uma das bases para constituir o objecto da reflexão humanista.

Uma vincada homenagem deve, neste campo, ser prestada a dois nomes de charneira: Vitorino Nemésio que, em “Relações Francesas do Romantismo Português”, 1936, realiza entre nós o primeiro trabalho de investigação literária de tipo comparatista, mesclando historicismo com juízo crítico de tipo internacionalista; e Jacinto do Prado Coelho, o qual, desde inícios da sua carreira, se preocupa com o ensino da Literatura nos primeiros graus da docência<sup>2</sup>, e imprime a certos trabalhos sobre Literatura Portuguesa o escopo teórico que os alarga ao comparatismo<sup>3</sup>. Em particular, atentou desde cedo no movimento comparatista internacional, tornando-se o primeiro membro português eleito da Direcção da ICLA, nos anos sessenta.

A tais nomes é preciso anexar o de uma figura então proeminente na nossa cena literária, que não poderia estar ligada ao movimento comparatista por este surgir no meio académico, que então lhe era alheio (recorde-se que a censura salazarista impedia pensadores marcantes de exercerem a docência no Ensino Superior, às vezes mesmo em todos os graus do ensino); nem talvez a actividade desta figura pudesse, na época, ser reconhecida como comparatista, até pelo próprio: refiro-me a Mário Dionísio, que consagrou o melhor da sua atenção aos cometimentos

---

<sup>2</sup> *A Educação do Sentimento Poético*, Coimbra, 1944.

<sup>3</sup> *Problemática da História Literária*, 2ª ed., 1972.

estético-literários dos anos 40, aferidos pelas relações entre Literatura, Sociedade e Política (com o Neo-Realismo), e que não sonharia sequer então, ousar aventar, com Literatura Comparada tal como a disciplina principiava a ser reformulada na instituição. Deixou-nos porém uma obra de vulto sobre estética, no domínio que hoje se apelida de Estudos Inter-Artes: o ensaio crítico-pedagógico *A Paleta e o Mundo*, que se dá modestamente a ler como visão propedêutica da pintura moderna ocidental, e que é na realidade um trabalho de leitura crítica da arte clássica e moderna, centrado de facto na pintura, mas que alcança visão de conjunto assinalável pela sincronia geográfica observada de inovações e conformações, acrescida de uma perspetivação histórica político-cultural e interdisciplinar que lhe confere o toque do trabalho comparatista. Isso, para já não falar de um valor de reconhecimento muito mais recente, que é o da atenção dada, nos estudos de texto (em Letras e Artes), à perspetivação cultural do receptor no interior do próprio texto, como só a encontramos dimensionada em Umberto Eco e em Roland Barthes, e se verifica também na construção estilístico-pedagógica de *A Paleta e o Mundo*. Pretendo assim sublinhar como a sensibilidade crítica do tempo, em alguns dos seus grandes vultos, se manifestava de forma precursora da necessidade e valorização da prática comparatista, mesmo se não sentida como tal.

Retomando o exemplo de Jacinto do Prado Coelho (que, não por acaso, chamou Mário Dionísio para o ensino universitário em tempos politicamente menos adversos), anotarei que a sua acção no Conselho Executivo da ICLA deu frutos: não só quis imprimir continuidade a essa sua função, incentivando-me, por exemplo, a participar no congresso de Bordéus de 1970, que foi o meu primeiro congresso internacional, tinha eu 29 anos. Além disso<sup>4</sup>, criou a disciplina de Literatura Comparada na

---

<sup>4</sup> Disso, e de várias outras iniciativas, entre as quais se destaca a criação do CLEPUL (que então designava o Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa). Nele introduziu, inovadoramente, as Literaturas Africanas, com a colaboração do Escritor Manuel Ferreira e do então assistente Alberto Duarte de Carvalho, vindo este a notabilizar-se por ter feito o primeiro doutoramento de mérito, em Letras Africanas, na Universidade Portuguesa, com uma notável carreira posterior na área. No CLEPUL criou ainda J. do Prado Coelho o Grupo de Estudos de Sociologia da Literatura, o primeiro do género na

Faculdade de Letras de Lisboa, que, embora sem começos auspiciosos<sup>5</sup>, veio a consolidar-se posteriormente com o magistério de Helena Carvalhão Buescu, que criaria o Centro de Estudos Comparatistas, um dos melhores centros de estudos do nosso ensino universitário em Letras.

Entre os comparatistas estrangeiros, uma figura tutelar da criação da associação lusa é, indirectamente, a de René Wellek. Celebrizado em todo o mundo universitário pela sua *Teoria Literária*, 1948, era um teórico de proa quando justamente o conheci no congresso de Bordéus. Wellek tinha vindo a praticar nas universidades ocidentais uma importante renovação do Comparatismo, arrancando-o ao historicismo biografista dos velhos vultos da Sorbonne (Baldensperger, Jean-Marie Carré), seguidores da técnica mecanicista vulgarizada por títulos de volumes e de colecções, do tipo «a Obra e o Homem», que então ditavam a lei em Estudos Literários; com Wellek, a Literatura não mais pôde ser vista separada da metodologia e da teorização, familiar que ele era do «new criticism» e aberto a correntes críticas em vias de desenvolvimento (ex. «formalismo russo»), as quais criavam vias alternativas aos estudos de redução historicista, ou até biografista.

Não esqueçamos que a maioria da Universidade era, na altura, avessa à Crítica, em quase todos os países; nos Estudos Superiores imperava a História Literária que era, no fundo, preferencialmente, a história dos homens que escreviam, ou das obras, mas no seu aspecto de composição filológica (no sentido mais restrito da Filologia) e de edição, centrando-se a investigação comparatista, e até a que o não era, na vertente positivista da vida do escritor e sua formação cultural, e bem assim das chamadas «influências», ou suas variações, como no comparatismo

---

Universidade Portuguesa, ao qual pertenci, e que Maria de Lurdes Ferraz liderou a partir da morte do mestre, tendo-o também seguido na direcção do CLEPUL. Este centro teve características distintas daquele que o continuou, com a mesma designação, e hoje pouco guarda dos anos jacintianos.

<sup>5</sup> O docente designado para leccionar a cadeira não deu provas suficientes de dedicação ao ensino, tendo-se verificado posteriormente que, como habilitações, apenas possuía o D.E.A. francês, e não era detentor de qualquer licenciatura pelas universidades, portuguesas ou outras (caso confirmável pelos arquivos da FLUL); razões pelas quais veio a ser dispensado.

prévio a Wellek ou a ele avesso. Um dos primeiros presidentes da ICLA, Jacques Voisine, encabeçava tal tendência dominante e, sendo também presidente da associação francesa (SFLGC, “Société Française de Littérature Générale et Comparée”), animava-se essa «querela dos antigos e modernos» transferida para o séc. XX comparatista, e para os Estudos Literários em geral, opondo a matriz francesa conservadora e «sorbonnarde» ao espírito anglo-saxão aberto ao magistério de Wellek na Universidade de Yale. Tal aspecto modificou-se um tanto na sucessão conhecida por «imagologia», em estudos que focavam «imagens» de uma literatura em outras, através dos textos. A imagologia revelou-se como um comparatismo mais matizado e fluido, que se adaptava ou não à tradição, mas ficou-se por aí, enquanto as velhas «influências» se transformaram na também celebrizada «estética da recepção», que teve alguns teóricos determinantes, como se sabe: no 1º Congresso da APLC, Hans Robert Jauss esteve também em Lisboa; como estiveram Jonnathan Culler, divulgador americano do Estruturalismo e Estudos de Poética, e ainda Lubomir Dolezel, que dirigia um recente e inovador «comité» da ICLA sobre «Teoria da Literatura», e tudo isto, de uma maneira ou de outra, por vezes até em franca oposição, ia imprimindo um outro sentido, reflexivo e dinamizador, ao Comparatismo reinante. Que reinava mesmo, mas adoptando modos de transformação.

E é preciso dizer, para informação dos mais jovens, que o ambiente de estudo e trabalho nas Universidades era então, no sector Letras (anos 70 a 90), bem animado, competitivo, empreendedor! Uma conferência podia ser um acontecimento (por ex. Jakobson ou Kristeva na Universidade de Lisboa); uma metodologia nova era motivo de ‘prós e contras’ na imprensa mais comum (um sem número de debates sobre o Estruturalismo). E em corredores e bares as «discussões teóricas» acendiam-se frequentemente, ainda no ante-25 de Abril, e mais à vontade depois: o motor de toda essa agitação fora de facto o Estruturalismo, que, mais não fosse por ter feito brilhar as Letras, não deveria ser rasurado como entretanto sucedeu (pura estultícia, medos infantis!), pois o que se lhe deve, em estudos de semiologia e respectivas decorrências, é precioso! Fazer uma tese era então tomar partido, sujeitar-se a controvérsias, alcançar pontos de dominância ou polémica – da boa e da má... Com alguns outros colegas, participei

dessa fase, e (falando por mim) ter feito tese de doutoramento com três mestres foi assaz controverso, ainda por cima sendo um deles especialista de História Literária tradicional, que nunca enjeitei (Henri Coulet, de Aix-en-Provence), e o outro de Semiótica Literária e Teoria do Texto (Roland Barthes, na “École des Hautes Études en Sciences Sociales”), mas «oficialmente patrocinada» pelo mestre luso que a enveredar tais sendas me encorajou, Jacinto do Prado Coelho, espírito atento ao que de melhor havia nas várias correntes críticas, e entusiasta da inovação. Eram bons tempos, digo-vos, do alto periclitante desta minha senectude: dava gosto estudar e debater<sup>6</sup>!

Não divagarei: a minha tese de doutoramento era em Literatura Francesa, domínio que é o meu primordial, embora, pelo ensino e orientações de trabalho (iniciei a investigação com uma tese de licenciatura sobre a expressão do tempo em Agustina, Vergílio Ferreira, Abelaira e M<sup>a</sup> Judite de Carvalho), desde sempre ao comparatismo me tenha visto vinculada. Sobretudo desde que aceitei, em 1985, ser eleita para a Direcção da ICLA, no Congresso de Paris. Assegurei a sucessão de Jacinto do Prado Coelho e, até hoje, Portugal não mais esteve ausente na direcção do comparatismo internacional<sup>7</sup>. Quanto a Wellek, importa ainda sublinhar que ele protagonizou o gosto pela Crítica, através da valorização estética do texto literário, aceitando até que o comparatismo se pudesse praticar, dentro de certos limites, no interior de uma mesma

---

<sup>6</sup> Pormenor assinalável foi o facto de o *JL* (onde eu não era ainda colaboradora regular) me dedicar longa entrevista a sublinhar a minha eleição para a presidência da ICLA, insistindo sobre o significado da designação de Literatura Comparada e o alcance dessas eleições (alterando-se, aliás, no texto, palavras minhas – conforme me foi possível salientar em nota de protesto que o Director, o meu estimadíssimo amigo José Carlos de Vasconcelos, teve a gentileza de publicar depois). E o título dado à reportagem (realizada no então Instituto de Cultura Francesa da FLUL), a letras gordas na chamada à capa, e com foto de corpo inteiro, era A SENHORA PRESIDENTA, em iniludível tom de mofa que o autor, ex-aluno meu, talvez não muito feliz com as classificações de estudante, utilizou. A «antífrase» usada na notícia não revela meras reacções pessoais, já que a adopção expressa do feminino, então impensável, deu bem a ideia, quer do sinal de importância atribuído ao facto pela necessidade de o ridicularizar, quer do inesperado da minha eleição. Historieta reveladora, em relação à qual um Ramalho bem saberia virar o bico ao prego...

<sup>7</sup> Isabel Capeloa Gil, da UCP, é actualmente membro do «Comité de Estruturas» do Conselho Executivo da ICLA.



literatura, e buscando a compreensão de fenómenos de escrita que, ao evidenciarem aspectos de diversificação, apontassem para marcas linguísticas exteriores à expressão nacional.

Uma 3ª homenagem é imperioso prestar, e é justamente a Eva Kushner, presidente da ICLA em 1970, a quem a APLC deve quase tudo. Além do que já referi, permitira-me ela também, ainda sem me conhecer (perdoe-se esta descida aos bastidores do trabalho universitário, mas é neles que se ensaia o que aos olhos do mundo emerge!) a ida ao Congresso que dirigiu em Montréal e em Ottawa, onde me introduzi de facto no ambiente da disciplina, convivendo com os que na altura eram seus guias: desde os veteranos (Marcel Bataillon) até aos jovens promissores: Yves Chevrel, com a minha idade, mas mais ligado à Universidade de tipo clássico, e Marc Angenot, Walter Mignolo, Lubomir Dolezel, Hans Georg Ruprecht, teóricos de amplitude, ou José Lambert, grande artífice da Tradutologia, disciplina que, uma década depois, se instalava com brilho em Portugal, retomando valores nossos que já antes a praticavam, como foi o caso de João de Almeida Flor, membro fundador da APLC.

O regresso ao passado ficaria omissos sem duas referências mais: a primeira, em preto a Douwe Fokkema, recentemente falecido, o dirigente que mais vincou a necessidade da dimensão teórica nos trabalhos da Associação Internacional, postulando que na Teoria reside o impulso antropológico que leva ao internacionalismo efectivo e diferenciado. Com Eva Kushner, ele foi ainda o grande responsável pelo percurso do Comparatismo nos vários continentes. Tendo trabalhado na República Popular da China como diplomata, e sendo um dos responsáveis pela realização do Congresso de Beijing, 1997, foi no entanto com ele também que me desloquei a um colóquio comparatista (de Teoria Literária) na Republic of China (Taiwan), inserindo-me assim na prática da diversidade efectiva dos percursos, que muito me marcou. Na segunda destas últimas referências aponto Earl Miner, notável japonista de Princeton, que me antecedeu na presidência da associação internacional e participou do comité que me nomeou candidata à presidência nas eleições de Tóquio, 1991, com expectativas que julguei desmesuradas, e que fiz os impossíveis para não defraudar. De facto, quando o meu cargo terminou, três anos depois, em Edmonton, 1994, a

ICLA atingira o mais elevado número de membros da sua História, em indivíduos e em países (tendo ficado representada em todas as partes do mundo, incluindo o Pacífico insular), e conhecendo a sua tesouraria o maior à-vontade financeiro da existência da associação.

Devo esta acção ao exemplo de todos os Mestres que acabo de nomear, e bem assim ao fulgor da APLC, a qual, nos alvares do ano 2000, adquiriu a sua posição de destaque verdadeiramente instalado, com acção, periodicidade, afluência, e a convergência – para a dirigir – de alguns dos mais competentes universitários da geração que se seguiu à minha. Injustíssimo seria não nomear os apoios institucionais que sempre conheci, quer na compreensão da minha Universidade, quer no fundamental apoio de certas instituições, entre as quais sempre se distinguiu a Fundação Gulbenkian, na pessoa do seu administrador Dr. José Blanco, que me atribuiu uma verba para algumas (poucas) viagens, mas dando-me a possibilidade de «governar» eu própria essa verba, de modo a fazê-la frutificar para o dobro de percursos inicialmente previstos, com o resultado de conseguir o dobro ou triplo, em novos membros, do que teria obtido se me limitasse às deslocações com os subsídios normais. Quer dizer: para grandes empreendimentos são necessários grandes espíritos na atribuição de apoios – sem regrazinhas miudinhas e morazinhas que, em vez de alargarem horizontes, nos remetem à nossa casinha de continhas bem feitinhas, e já é uma sorte tê-la, oh desgraça! Em vez disso, foi a expansão: período de ouro, em que as verbas eram curtas (nunca as Letras as tiveram extensas!) mas se confiava na personalidade de quem geria e apresentava depois as contas certas e documentadas, premiando o trabalho com a esperança, que o próprio patrocinador alimentava, de ver o nome de Portugal engrandecer. Era só preciso trabalhar. E, em Literatura Comparada, foi o que eu fiz. E, até hoje, os que me sucederam, em condições muitíssimo mais adversas, fizeram também.

...Ao longo destes 25 anos! Durante eles, a generalidade dos Estudos Literários, com significativa afluência de estrangeiros, tem-se abrigado na nossa disciplina. O que, por vezes, um tanto a desfigura, mas também muito a enriquece, revigorando-a, enriquecendo além disso quem conosco vem ter.

Resumindo, direi que houve três dados para a nossa subsistência: 1. o estímulo dos Mestres, que recebi, e portanto aprendi a dar também; 2. o bom governo das coisas, sem perder de vista o pólo nacional/internacional, sendo decisiva a relação com a ICLA, não só para o nosso desenvolvimento, mas também para o dela!, 3. o trabalho, muito trabalho, o qual, haja dinheiro ou não, sempre leva a qualquer lado – longe ou perto! Pois, com trabalho, nunca se está parado: caminha-se, mesmo se a passos curtos... Consoante a idade e a folga financeira o permitem, mas sempre em comunicação. Estudar Literatura de uma perspectiva internacional e comunicar o trabalho é o modo de manter a caminhada. Adaptando-nos aos tempos e revolvendo as vontades.

## **2. Feitos em curso: no presente, o futuro**

Assim o têm feito muitos dos fundadores da APLC, ao longo destes 25 anos; assim o fazem muitíssimos outros, que entretanto chegaram e marcaram, e o rol ficaria fastidioso se todos enumerasse, nem é mister que se faça. A Literatura Comparada em Portugal alargou-se, entrou em muitas outras disciplinas, e estas, por sua vez, enriqueceram o seu tronco reflexivo.

Assim o tem feito Helena Carvalhão Buescu, com especial fulgor. Detentora do primeiro Doutoramento em Literatura Comparada na universidade portuguesa, no caso a FLUL, onde a respectiva área para o grau foi criada a seu pedido. Recebeu-o justamente um ano após a fundação da APLC, pelo que a sua história académica se confunde com a da disciplina em Portugal, tendo sido também presidente da agremiação lusa, e ocupado postos de relevo no Conselho Executivo da ICLA. Fundou, referi já, o Centro de Estudos Comparatistas, CEC, no qual é figura de proa, com destacados trabalhos de direcção e de investigação (própria e de grupo) que têm marcado a universidade portuguesa. E importantes são os seus livros, que constituem decisivo acervo de pesquisa e reflexão na área (e afins, por se dedicar também muito à Literatura Portuguesa e à Teoria da Literatura, bem como à reflexão sobre o Ensino), sem que se deva menosprezar o «quadro» em que florescem: quer o associativo, quer o de grupo, quer o da motivação

que sem cessar encontra em contactos pessoais internacionais, acedendo a múltiplos convites ou procedendo a pesquisa própria.

Helena C. Buescu tem um pensamento coeso, que não elide progressão de ideias e enriquece em renovação pensada, não o reservando à sua pesquisa pois o faz frutificar no CEC. É hoje a personalidade universitária lusa mais destacada no sector, e uma das que na verdade contam nos Estudos Literários entre nós. No seu trabalho, isolo o último livro, *Experiência do Incomum e Boa vizinhança*<sup>8</sup>, pois nele toca questões fundamentais para o Ensino e a Investigação, e um dos seus méritos é justamente o de não tratar essas actividades como separadas ou estanques. Delas sublinho, por ora<sup>9</sup>: a questão das Humanidades e da Tradução (que dá gosto ver assumida por uma intelectual que já se formou longe das perspectivas historicistas, e retoma um pensamento que, embora obliquamente, tem as suas fundações nos séculos XV e XVI, sublinhando a importância da História: *uma ideia de humanidades que a caracteriza como aproximando de nós o passado, ao ponto de dele termos uma experiência presente*, p. 10 ), a questão da República das Letras (fascinante, para aqueles de nós que respondem ao Iluminismo e suas bases quinhentistas e seiscentistas precursoras da comunidade literária e crítica), a da valoração e estabelecimento do Cânone (de debate urgente e crucial) e o que a própria H.C. Buescu designa por Literatura-Mundo, em quase sobreposição conceptual à expressão Literatura Comparada, se esta alcançasse foros de conceito que a transpusessem de área disciplinar para o que, no máximo, pode ambicionar ser, que é uma metodologia. Mas a autora nunca aqui usa, creio, termos relacionados com método, embora seja definitiva na *proposta de consideração dos usos literários do português como expressão de uma condição cosmopolita* [...], sublinhando o *dado histórico* que é o da *construção nas nações modernas*, mas sublinhando a *riqueza* [...] *que combina as heranças pós-imperiais e pós-coloniais na percepção do que é escrito “em português”, nos diferentes continentes e nos diferentes momentos históricos*, ou, dito de outro modo, *a existência de um património que*

<sup>8</sup> Porto Editora, 2013.

<sup>9</sup> Preparo entretanto um trabalho em que afloro a noção de Literatura-Mundo e suas relações com o Comparatismo, em colaboração com os actuais Presidentes Honorários da ICLA, a ser publicado no âmbito desta instituição.

*pode ser olhado [...] como o conjunto das variáveis relações que entre elas [as diferentes literaturas nacionais] se formam e vão tecendo, p. 55.*

Quer dizer que o tópico da Literatura-Mundo alcança em simultâneo os sentidos disciplinar, metodológico e canónico, mas não deixarei de sublinhar que o problema do cânone pode revelar-se um falso problema, por não passar de instrumento de trabalho, decerto importante mas forçosamente mutável, precário em concepção e em corporização. E isso porque o ‘corpus’ (termo em vias de desaparecimento nos incertos caminhos metodológicos actuais – pouco explícitos, de bases frouxas, em permanente abalo do rigor expressivo tão necessário à credibilidade dos Estudos Literários, e à sua função socialmente aceite) se situa aquém do cânone, enquanto objecto de trabalho, que esse último tutelarà ou não, dependendo aliás das pretensões da perspectiva que o tutela; pois se pode intentar reconfigurar a disposição da regulamentação das leituras, ou completá-la. O que me não parece possível nem aconselhável é o estabelecimento de um «rigor ordinis» nos preceitos da leitura profissionalizante, a qual, constituindo sem dúvida uma plataforma de entendimento do trabalho e da pesquisa dos universitários, e de restantes níveis de ensino, bem como – e é mais importante ainda – da formação e extensão das condições de cidadania de todos os seres humanos educados, poderá no entanto vir a confundir-se com um saber «endoxal» e, nessas condições, inteiramente pernicioso. O saber «grupista» é em geral tentação dos espíritos que avançam nas áreas em que a sua reflexão emerge (e o «seguidismo» consequente banaliza-o e enfraquece-o no plano académico), mas é-me grato frisar que Helena Buescu, consciente do papel universitário que desempenha (e sempre levou muito a sério), atende antes à necessidade (e ao prazer) de orientar a sua própria maneira pedagógica, aliás muito requisitada para orientações e direcção de trabalhos, em detrimento de qualquer outra tendência de demarcação intelectual, que aliás a sua personalidade forte e gosto apurado repudiariam também.

A incidência doutrinária implicada pela carga lexical do termo «cânone», no seu raciocínio teórico, conduz a uma obrigatoriedade de tenção e intenção que me não parece felizmente redundante no livro de Helena C. Buescu, sendo no entanto que a sua partilha *entusiástica* (e assume o termo!) corre o risco de cantonar os Estudos Literários em

compartimentos que a referida «doxa» possa dominar. Facto pernicioso, insisto, pelos riscos que implica de ‘congelamento’ dos valores determinados (por quem?) e da repetitividade que, em certos casos (aliás importantíssimos!), favorece o livre estudo. O que *Experiência do Incomum e Boa vizinhança* avança de muito positivo é, na sectorização pensada dos compartimentos em que os estudos de Letras têm de ser distribuídos (e não apenas os de Letras), o facto de se sublinhar, em capacidade de fecundação, essa «experiência do incomum», valorizada e pressentida ao longo dos raciocínios e argumentos. Até porque, podendo o cânone tornar-se ideia concentracionária e dirigista, a tender para o fechamento e entronizando a autoridade, é defensável que se prefira, no Ensino, a maleabilidade das Listas de Leituras, mesmo porque é utópica a realização canónica efectiva. Essas Listas de Leituras, em muitos casos, Helena Buescu também as preconiza, o que diz bem da movimentação ágil do seu juízo crítico, e da sua sensibilização à circunstância efectiva. Além disso, se falamos de *incomum*, eu aceito e apoio, na ideia que desde cedo compartilhei com muitos teóricos (como Auerbach e Spitzer, que em tão boa hora povoam de modo determinante o livro de Helena), que é no «particular» que se centra o efeito do carácter literário<sup>10</sup>.

No entanto, o cânone partilha do inapreciável conceito de «valor», enquanto veículo de aprendizagens justamente comuns, comunhão de bens espirituais, e sobretudo determinação do patamar de entendimento do necessário saber transmissível; situação da qual se não pode prescindir, se nos preocupamos com a formação fundamental. E Helena C. Buescu faz muito bem em dele se ocupar. No entanto, não fica muito claro, pelo menos a uma primeira leitura do seu livro, como decidir na prática quanto a tais procedimentos. Entre as *Viagens* e o *Eurico*, como escolher? Ou entre *Hamlet* e *Phèdre*, entre Hampatê Ba e Mia Couto, John Coetzee e Jean Echenoz? Fá-lo-emos em função de quê? E entre a *Iliada* e a *Odisseia*? Entre Balzac e Flaubert? (E atendo-me, de propósito provocativo, a uma «parte» longitudinal do desejado

---

<sup>10</sup> Ver Maria-Alzira Seixo, «L’effet-monde et le particulier littéraire», em publicação da International Comparative Literature Association, a sair proximamente (trabalho que referi na nota anterior).

«mundo» literário.) Pela respectiva inserção em contextos de referências e de operacionalidade, apenas, penso eu. E talvez que a autora desta *Experiência do Incomum* o diga também, disso estou persuadida, só que a densidade e pluri-motivação do seu discurso crítico mo não permitem apreender a uma primeira leitura. Uma vez que o valor é quase sempre, como tem sido plenamente demonstrado, de incidência conjuntural<sup>11</sup>.

Ainda quanto à Literatura-Mundo, porém, a conceptualização dessa ideia (nem por isso oposta à de Literatura Comparada, na minha leitura deste livro fundamental para a reflexão de teoria crítica em português) propõe-se como mais uma forma de entender a actividade literária comparatista ou, o que julgo ser preferível, de a concretizar. Ora esta depende, antes de mais, do modo como se estuda a literatura, e não primariamente da extensão mundial dos estudos a que se procede. E na Literatura-Mundo (tal como Helena C. Buescu a preconiza) é a força «mundista», direi eu, que está no coração da entidade que como tal se designa, entendendo tal palavra como uma referência, não a um somatório de características e de produções, mas à intensidade comunicativa de obras singulares revelando o compósito do ser humano diverso e diversamente localizado. E que vem, por isso, cobrir a extensão do literário com a necessidade apelativa de uma função, que nessa imensa extensão possa isolar entidades significantes susceptíveis de viabilizarem os interesses do estudo. A autora fundamenta a expressão (a partir dos trabalhos de David Damroch, maioritariamente) para actualizar a designação consagrada em «World Literature» (na tradição de Wellek e outros, evocando Goethe), de facto substancializando bastante mais amplamente o seu conteúdo, em vez de o reduzir a uma etiqueta que evoque a inventariação de uma Literatura Toda. Ao mesmo tempo, atribui-lhe uma espessura teórica mais apreensível, e alcance assinalável em potencialidades – como se verifica, afinal, também nas literaturas nacionais, tendendo porém estas para o limite da noção de «depósito» – que serão contornadas por margens que permitem o afluxo ao seu entendimento objectual.

---

<sup>11</sup> Vejam-se os estudos decisivos, ainda não ultrapassados, para esta questão: John Guillory, *Cultural Capital. The problem of Literary Canon Formation* (The University of Chicago Press, 1993) e Barbara Herrnstein-Smith, *Contingencies of Value. Alternative perspective for Critical Theory* (1988).

Donde, a «função» acima aludida poderá revelar-se como um vector operacional que se apresente como uma «pulsação», sinal de existência do texto em relação com leitores e outros textos, que um empenho mais teórico poderia tentar concretizar. E é este empenho teórico que, presente no actual livro de Helena, falta porém em várias outras propostas desta Literatura-Mundo, e de modo geral nos Estudos Literários de hoje, confundindo-se com ela uma abundância extrema e labiríntica de citações (teorizar não é citar...) e a entrega a metaforismos, e a subjectivismos, de expressividade interessante mas que convertem os «estudos» em «ensaios», investindo muito na qualidade de escrita, decerto, mas enfeitando a objectividade conceptual e o rigor analítico que são factores decisivos para o progresso científico da disciplina. Para a sua existência como tal, até.

Neste ponto insere-se, com felicidade, e trabalho atento, a prática e estudo da Tradução, bem como a incursão aventurosa e diversa nos vários nacionalismos, enquanto tais, ou como partes de conjuntos outros. E ainda os debates de ideias como francofonia, lusofonia, etc., ou até os travões da Filologia mais estreita, que enjeita a estética e a teoria literárias, para privilegiar saberes indiscutivelmente importantes mas que se tornam estéreis sem a devida largueza na consideração da palavra que diz criativamente a visão da vida.

E há, de facto, um efeito-mundo na ideia de Literatura Comparada, que a ICLA sempre assumiu, na própria ideia de congressos trienais alternando, sempre que possível, o hemisfério ocidental com o oriental, e de reuniões da Direcção nos países económica e politicamente mais secundarizados, e isso desde muito antes da vulgarização da Teoria Pós-Colonial. Comparatismo e Literatura é uma relação que radica, como se sabe, no cientismo experimental e doutrinário do s. XIX, mas que rapidamente o ultrapassou para englobar todos os tipos de estudos literários, desde que, de algum modo, incluam a internacionalização na sua prática. E integrando avanços sensíveis em vários aspectos dos Estudo de Tradução, bem como o engrandecimento progressivo da componente teórica.

Termino insistindo nas falhas de que o Comparatismo se ressent, hoje em dia, nesta última componente. Os trabalhos de Teoria Literária encontram-se, na produção internacional e também na nossa,



numa baixa sobre a qual urge reflectir. Porque o comparatismo, seja metodologia, perspectiva ou disciplina, se funda no texto literário, e nas relações múltiplas que o prendem ao social. Ora, no mundo de hoje, é cada vez mais sensível a necessidade e importância de pensar e ensaiar caminhos (daí que possa ser produtiva, justamente, uma designação como Literatura-Mundo!), de determinar vistas e olhares sobre os objectos que por toda a parte nos rodeiam – e é no trabalho das Letras, que representam e produzem mundos, que podemos exercitá-los no domínio do pensamento especulativo. Exercitando o olhar na Literatura, sobre a Literatura, e para além.